

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Potencial mineiro desperta atenção internacional

Texto de *Liégo Vitorino*
Fotos de *Arquivo*

Face ao considerável incremento dos investimentos no sector mineiro, em Moçambique, multiplicam-se os corredores da diplomacia internacional com os holofotes postos na economia mundial. Por esta razão, o Presidente moçambicano admitiu que, só este facto, aumenta a responsabilidade dos moçambicanos de manter e elevar a qualidade da gestão nos recursos.

Assim se expressou o Presidente da República, Armando Guebuza, numa mesa redonda sobre o desenvolvimento e gestão dos recursos minerais em Moçambique, realizada no dia 28 de Novembro último, na Cidade de Maputo.

O seminário de Gestão Transparente e Sustentável dos Recursos Minerais – Uma política em conformidade com a nossa agenda de luta contra a pobreza, que decorreu sob o lema “A nossa Visão para o Desenvolvimento Responsável dos Recursos Minerais”, foi testemunhado pelo Primeiro-ministro, Alberto Vaquina, a Ministra dos Recursos Minerais, membros do Conselho de Ministros, Vice-Ministros, membros do Corpo Diplomático, representantes do Sector Privado, parceiros de desenvolvimento, membros das organizações não governamentais, membros da sociedade civil, participantes nacionais e estrangeiros e convidados.

O PR, Armando Guebuza, destacou a importância de juntar sinergias de diferentes extractos da sociedade nacional e a nível mundial, para em conjunto reflectir sobre o que mais se pode fazer para acelerar e diversificar os processos de transformação dos nossos recursos minerais em factores de desen-

titulares moçambicanos de diferentes partes do território nacional; a atribuição de licenças de prospecção de recursos minerais diversos; e o aumento em catadupa do número de empresas moçambicanas que fornecem uma vasta gama de serviços e produtos às empresas de prospecção e exploração

tralização, ao gerar novas oportunidades de negócio, de emprego e de crescimento em regiões onde, por causa da sua capacidade, o sector público levaria mais tempo a chegar com resultados desse quilate e impacto.

Observou que, nos locais onde se estabelecem, estes empreendimentos promovem e sustentam uma extensa cadeia de serviços e de fornecedores locais, gerando, de forma multiplicadora, oportunidades de emprego, negócio e renda, fazendo menção aos resultados da implementação de projectos de responsabilidade social das empresas.

“São acções que também complementam as que são realizadas pelo Governo em áreas como saúde, educação, cultura e abastecimento de água”, sublinhou o PR, para acrescentar que, isso é resultante dessa dinâmica de crescimento e da necessidade de adequação e harmonização permanente do pacote legislativo, encontrando-se em processo de revisão a Lei de Minas; Lei de Petróleos; a Lei Fiscal para a mineração e para os petróleos e a Política Geológica – Mineira.

Referiu que, foi também em resposta a esta dinâmica que aprovámos, em 2010, a Estratégia de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para o sector dos Recursos Minerais,



O Presidente da República intervindo na mesa redonda sobre o desenvolvimento e gestão dos recursos minerais em Moçambique

volvimento, em benefício da população moçambicana. Congratulou a integração de cidadãos nacionais no capital das empresas mineiras e de fornecimento de bens e serviços, citando três exemplos ilustrativos, a começar pela aquisição em 2008 de 10% das acções da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, por 1.247

mineira.

Criação de pólos de desenvolvimento

Na sua comunicação, o PR realçou que, os empreendimentos que são implantados no País induzem a criação de novos pólos de desenvolvimento, indo de encontro a matriz de descen-



Editorial

Decorre um programa de revisão da legislação atinente à área dos recursos minerais com o objectivo de fortalecer os mecanismos legais em uso, adequados ao investimento como também que permitirão maximizar os benefícios decorrentes da exploração dos recursos naturais para a população moçambicana, garantindo o usufruto desta riqueza.

Trata-se de um dos maiores obstáculos que Moçambique enfrenta no âmbito da regulação de incentivos inerentes à explo-

ração da área geológico – mineira. Sabe-se que, até ao momento o país não dispõe de um mecanismo claro que regule tais procedimentos cujo ajustamento vai impulsionar a dinâmica das actividades económicas.

A partilha da riqueza com a população é um passo firme que faz parte de um leque de condicionalismos que tanto o Governo como a sociedade civil devem transpor para continuar com a marcha rumo ao desenvolvimento sustentável em

todos os aspectos contribuindo significativamente para a redução da pobreza.

É neste âmbito que, o Executivo apreciou a proposta de revisão da Lei de Minas e Petróleo que se espera seja a breve trecho aprovada pela Assembleia da República.

Na fase conclusiva estão vários dispositivos, tais como, a elaboração da política e estratégia dos recursos minerais, a política de responsabilidade social e empresarial, a metodologia de tarifas para o transporte de gás

por gasodutos de alta pressão e o plano – director de gás natural, que são componentes essenciais que vão conferir uma mais valia ao sector.

Como resultado da implementação de políticas visando a maximização do aproveitamento dos recursos naturais, sobretudo os minerais, em prol do desenvolvimento sócio económico, o País tem testemunhado um crescimento contínuo da produção ao longo dos últimos anos. Esse crescimento justificou-se pelo incremento do gás natural de Panda e Temane, na Província de Inhambane, das areias pesadas de

“Ano Novo, Vida Nova”



Moma, na Província de Nampula e do carvão na Província de Tete.

Projeções do Banco de Moçambique, afiançam que, apesar da indústria de extracção mineira representar ainda uma parte insignificante no peso da produção global da economia o equivalente a 1,7%, este sector detém o crescimento anual mais robusto da economia calculado em 33,0%, embora ligeiramente abaixo do registado nos trimestres anteriores 35,3%, factor motivado pelo atraso na Linha de Sena na sequência do corte ocorrido na mesma, situação que levou à paralisação da produção de carvão por algum período.

Os dados apontam que, no primeiro semestre de 2013, a contribuição dos megaprojectos nas receitas totais atingiu um montante de cerca de 3.705 milhões de Meticals, representando 6,7% do total da receita colectada, contra os 5,6% no período homólogo de 2012. Neste cenário, destaca-se o aumento das receitas do sector do gás e ao reinício do pagamento de royalties de gás condensado.

No que tange ao sector de exploração de recursos minerais, o aumento da cobrança do IRPS e IRPC em face da contratação de mais fornecedores de equipamento e serviços especializados para a logística de carvão e a contratação de mais mão-de-obra contribuiu para o incremento das receitas. A todos os nossos estimados leitores, a equipa do Mais Valia deseja um próspero 2014.

A Editora Executiva

Liége Vitorino

Destaques nesta Edição

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Editora-Executiva: Liége Vitorino

Administradores de Conteúdos: Ricardo Santos e Dionísio Munguambe

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Redacção: Liége Vitorino; Ricardo Santos; Dionísio Munguambe; Celso Cossa e William Chiquele

Colaboradores: Zito Campira; Domingos Mucont; Arlindo do Rosário; Leonardo Lopes; Marcos Miguel; Amido Abdala e Carlos Matlava

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Ozias Ngomane, Ivan Gemuce e Arquivo

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretariado: Jacinta Manjate e Arlete Jeque

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria



01

Face ao considerável incremento dos investimentos no sector mineiro, em Moçambique, multiplicam-se os corredores da diplomacia internacional com os holofotes postos na economia mundial.

07

O Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) revelou que o aniversário da instituição passará, à luz da Lei nº 1/06 de 22 de Março, a ser comemorado em 22 de Março e designar-se-á Dia do Contribuinte.

08

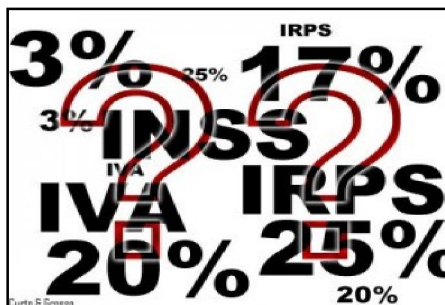
Uma equipa multi-sectorial composta por técnicos da AT e outros órgãos do Estado deslocou-se de 16 à 30 de Novembro corrente à Austrália para intercâmbio com instituições Tributárias e Financeiras locais.

10

Os indicadores económicos do terceiro trimestre de 2013 continuam a sinalizar uma gradual recuperação das economias dos Estados Unidos da América, Japão, Reino Unido e Zona Euro.

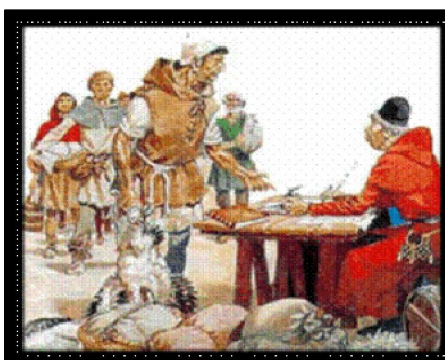
12

Fundamentação da fixação ou não de limites para a dedução dos prejuízos fiscais no lucro tributável para efeitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRPC.



13

Numa das marcas históricas do princípio da tributação, quando o povo do Egipto tinha de pagar o imposto ao Faraó, o mesmo fazia-se através da cessão da quinta parte da cultura produzida.



15

Fomos à Matola visitar o Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária, um departamento da AT que tem como missão a formação e capacitação multidisciplinar de funcionários da instituição.



17

O que é o e-Tributação? “e-Tributação” é uma expressão criada pela AT para designar todo tipo de tributação fiscal que é feito através de plataformas ou meios electrónicos. Saiba mais sobre o assunto.



Destques nesta Edição

Potencial mineiro desperta atenção internacional (Concl.)

para o período compreendido entre 2010-2020, que assenta na necessidade de prover o País de capital humano à altura dos desafios que a descoberta destes recursos nos coloca.

O PR falou da aprovação do Regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas, com vista a garantir melhores benefícios às comunidades circundantes dos empreendimentos mineiros e petrolíferos. **“O Regulamento em causa estabelece regras e princípios de reassentamento, de iniciativa pública ou privada, efectuado por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras”**, acrescentou.

Por isso, a estratégia e política de gestão e exploração transparente e sustentável dos recursos minerais que se pretende no País deve ter em consideração a propriedade do Estado sobre os recursos minerais que se encontram no solo e no subsolo; nas águas interiores; no leito do mar territorial; na zona económica exclusiva e na plataforma continental da República de Moçambique, incluindo os recursos minerais situados no leito marinho e no subsolo do leito marinho do mar territorial. Porque se pretende sustentável, do ponto de vista sócio – económico e também ambiental, a nossa política de gestão de recursos minerais, incluindo os hidrocarbonetos, deve ter em atenção o seu impacto sobre o ambiente devendo, assim, orientar-se nos diversos instrumentos nacionais e internacionais por ratificados por Moçambique. **“Isto requer um investimento na formação de capital humano e acesso a tecnologias modernas, mais amigas do ambiente. Requer igualmente uma maior fiscalização e sensibilização dos operadores do sector mineiro, industrial e artesanal sobre os perigos associados à exploração**

mineira”, juntou.

Retrospectiva

Moçambique aderiu à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva, da qual recebeu a classificação de País cumpridor, em Outubro de 2012. Com a adesão a este instrumento, que vem complementar e enriquecer o nosso quadro legal nesta matéria, temos em vista reforçar a nossa capacidade de garantir, cada vez mais, transparência na exploração dos nossos recursos

deste sector e das comunidades onde esses recursos se encontram inseridos.

Com esta política pretende-se a maior eficácia na coordenação dos investimentos no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial; a consolidação da cultura de prestação de contas e a adopção de mecanismos para reclamação e recurso sobre a monitoria do desempenho de Responsabilidade Social Empresarial e resolução de conflitos.

*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*

lógicos e cartografia actualizados; a adição de valor aos recursos minerais, em território nacional, um maior envolvimento dos moçambicanos em toda a cadeia produtiva; a criação de infra-estruturas e o aumento de capacidade técnica



As promessas trazidas pelo carvão e gás natural em Moçambique estão na origem de um conjunto de investimentos estrangeiros em infra-estruturas transversais (cortesia: Jornal Expresso de Portugal)

minerais.

Ainda no quadro do aumento dos benefícios para Moçambique e para os moçambicanos, está em curso a elaboração da Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva, instrumento que deverá estabelecer princípios, objectivos e prioridades para melhor responder às necessidades do desenvolvimento

Desafios

Como Governo, o desafio continuará a ser o de garantir um quadro legal atractivo, manter uma gestão transparente e monitoria constante dos recursos minerais de forma a assegurar resultados cada vez mais positivos para os moçambicanos, o que pressupõe a existência de uma base de dados geo-

e institucional do sector; a actualização e harmonização do quadro legal para o desenvolvimento da actividade mineira; o reforço da capacidade de fiscalização e controle e o aumento das exportações dos recursos minerais e outros produtos deles derivados. **MV**

Moçambique debate recursos minerais com especialistas do continente africano

Texto de *Liège Vitorino*
Fotos de *Arquivo*

Moçambique acolheu a 3ª Conferência dos Ministros da União Africana para o Desenvolvimento dos Recursos Minerais, que teve lugar no dia 28 de Novembro de 2013, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo.

Tratou-se de um evento de dimensão ímpar em que se debateram diferentes estratégias com vista a valorização dos recursos minerais, e juntou mais de meia centena de especialistas oriundos do continente africano, quadros do Governo, representantes de várias instituições incluindo do Banco Africano de Desenvolvimento, representantes do sector privado, da CTA e da sociedade civil.

Sob o lema: “Impulsionando a visão mineira africana rumo ao renascimento para o aproveitamento sustentável e efectivo dos recursos minerais”, vários oradores usaram da palavra entre os quais registámos as declarações da Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, e do representante do Banco Africano de Desenvolvimento, Joseph Ribeiro, que foram coincidentes nas suas intervenções que aludem a



Ministra dos Recursos Minerais, Dra. Esperança Bias

adopção de políticas e estratégias claras para o sucesso da actividade mineira em África.

Ao usar da palavra, o representante do Banco Africano de Desenvolvimento, em Moçambique, Joseph Ribeiro, observou que, os africanos devem investir mais na formação de quadros, gestão transparente e outros aspectos visando uma exploração mineira sustentável.

“Os países africanos estão a

ficar para trás em termos de formação de recursos humanos, condições sociais débeis, salários baixos apesar da abundância de recursos minerais. África precisa de concertar acções mais fortes de responsabilização e políticas claras, o que poderá superar as lacunas de relação e gestão que são a causa do mau desempenho”, acrescentou.

Discursando na abertura da referida Conferência, a Ministra Esperança Bias, precisou que, para que a exploração dos recursos minerais seja bem sucedida se impõe que haja boa governação, estabilidade macro

económica, políticas e estratégias claras, legislação competitiva em instituições capacitadas. Adicionalmente, é importante que continuemos a melhorar os mecanismos de transparência na gestão dos recursos, protecção dos direitos das comunidades, partilha dos benefícios e padrões ambientais e sociais rigorosos.

Entretanto, várias intervenções que tiveram lugar nos debates à porta fechada sobre a visão africana em torno do desenvolvimento mineiro. Durante a Conferência foi lançado o Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro, que é uma iniciativa que visa a troca de experiências entre os africanos em matéria de exploração de recursos minerais.

Debruçando-se a propósito, a Ministra Bias, manifestou plena abertura ao acolhimento da iniciativa, afirmando que, Moçambique está disponível para acolher o referido centro. “Nós estamos cometidos a conceder o nosso mais alto apoio institucional e político, material e moral para a operacionalização rápida desta importante iniciativa”, disse.

Antes do término da Conferência, os participantes decidiram por unanimidade eleger Moçambique como presidente do Bureau de Ministros de Minas de África cuja duração do mandato é de dois anos. **MV**



MIREM intensifica formação de quadros especializados

Entretanto, cerca de 880 estudantes estão a frequentar cursos de especialidade ligados a área dos recursos minerais em diversas instituições de ensino moçambicanas. Deste universo, 191 são bolseiros, sendo que a sua formação ocorre com suporte financeiro do Estado. Dados estatísticos indicam que, nos vários países do estrangeiro um total de 172 moçambicanos

estão a beneficiar de bolsas de estudo nas várias especialidades.

A informação foi revelada há dias pela Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, que adiantou que, ao sector dos recursos minerais impõe-se acções de formação e capacitação de forma a dotar o país de recursos humanos qualificados e especializados que respondam

MIREM intensifica formação de quadros especializados (Concl.)

a crescente demanda da indústria extractiva para toda a cadeia da actividade mineira e petrolífera.

Fazendo uma retrospectiva, explicou que, em 2010 foi aprovada a estratégia de formação e capacitação de recursos humanos para o sector dos recursos minerais que contempla o período 2010-2020. Acrescentou que, a referida estratégia assenta na necessidade de maximizar a inventariação de recursos minerais e petrolíferos e garantir a exploração sustentável destes com a utilização de

tecnologias eficientes e ambientalmente aceitáveis.

No âmbito da aplicação desta estratégia diversas instituições de ensino tem estado a introduzir alguns cursos na área de geo-ciências destacando-se a Universidade Pedagógica (UP), o Instituto Superior de Tecnologia e Gestão (ISTEG), a Universidade Católica de Moçambique (UCM), na Província de Tete e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) que está a ministrar cursos de mestrado nesta área. **MV**

22 de Março será Dia do Contribuinte

Texto de *Liège Vitorino*
Fotos de *Arquivo*



Nampula marca presença na classificação e lapidação de pedras preciosas

Criado em 2009, na Província de Nampula, o Centro de Gemologia e Lapidação que tem como principal objectivo a formação de técnicos especializados na classificação de gemas e lapidação para a utilização na confecção de artigos de joalheria entre outros.



Informações disponíveis indicam que, já foram formados 250 técnicos incluindo agentes do Estado. Presentemente, um grupo composto por 76 elementos está a beneficiar de formação nesta componente. Tais acções enquadram-se na valorização dos recursos naturais sendo uma mais valia, na área dos recursos minerais.

Entretanto, o Executivo criou recentemente o Instituto Geológico Mineiro que dentre as suas várias atribuições se destaca o apoio à mineração artesanal e a investigação. Este estabelecimento vocacionado ao ensino especializado no âmbito das suas atribuições deverá estudar e avaliar oportunidades para a valorização dos recursos minerais existentes e sua utilização no País como, por exemplo, na construção, agricultura e pecuária.

As acções de formação ora em curso visam assegurar a força de trabalho para a implementação, operação e gestão dos empreendimentos nas áreas geológico mineiras. Pretende-se com as mesmas enriquecer o País em capital humano e necessário para o desenvolvimento sócio - económico de Moçambique. **MV**

O Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) revelou que, o aniversário da instituição será comemorado em Março, em reconhecimento do dia da criação deste órgão através da Lei nº 1/06 de 22 de Março, e designar-se-á como dia do contribuinte. O anúncio foi feito há dias por Rosário Fernandes, perante funcionários e demais quadros da instituição, numa cerimónia alusiva a passagem do sétimo aniversário, que foi assinalado em Novembro de 2013.

Refira-se que, desde a entrada em funcionamento da AT, os funcionários vinham celebrando o aniversário no mês de Novembro, coincidindo com a data da entrada em funcionamento deste órgão.

Como tem sido apanágio da instituição as deliberações são consensuais e tomadas em fóruns colegiais, daí que os membros do Conselho Superior Tributário (CST) foram unânimes

na escolha da data como dia do contribuinte.

Importa referir que, a AT tem por incumbência colectar receitas para financiar os programas e estratégias do Governo, promovendo a eficácia, eficiência e equidade na aplicação da política fiscal incluindo a aduaneira, garantindo uma maior comodidade aos contribuintes, no cumprimento das suas obrigações bem como proteger a economia e a sociedade.

A propósito, o dirigente instou a todo o funcionário para se empenhar na preparação do dia do contribuinte, como sendo um tributo aos tributados, que pela primeira vez vai ter lugar em Março de 2014, cuja inovação se enquadra na cultura de boas práticas.

Para este ano, a meta anual da Lei Orçamental Rectificativa de 2013 foi fixada em 120.5 biliões de Meticais, o equivalente a 4 biliões de dólares americanos. **MV**



Em foco: Moçambique e Austrália realizam intercâmbio sobre recursos minerais e petrolíferos

Texto da **Redacção do Mais-Valia**
Fotos de **Arquivo**

Uma equipa multi-sectorial composta por técnicos da AT e outros órgãos do Estado deslocou-se de 16 à 30 de Novembro corrente à Austrália para intercâmbio com instituições Tributárias e Financeiras locais.

A delegação moçambicana foi recebida em Melbourne no dia 18 de Novembro de 2013 pelo Cônsul Honorário de Moçambique baseado em Melbourne, Sr. Richard G. Udovenya. Nessa ocasião, a delegação moçambicana solicitou a intervenção do Cônsul para um encontro com os Administradores do grupo Rio Tinto cuja agenda seria obter detalhes da operação de aquisição da Riversdale Mining Limited por aquele grupo.

Com uma área total de 7.686.850 Km² de superfície e apenas 22,68 milhões de habitantes, a Austrália é uma Comunidade de Estados Federais, onde cada Estado tem autonomia para colectar os impostos, numa economia global pujante que lhe confere um Produto Interno Bruto em termos nominais (PIBn) de 1.520,6 biliões de dólares americanos, na qual pontifica um sector de Serviços que representa cerca de 68% do PIB, enquanto a actividade mineira representa cerca de 10% do PIB e as actividades relacionadas com a actividade mineira representam cerca de 9% do PIB, os sectores de mineração e petrolíferos contribuem com cerca de 20 a 25% do PIB, pese embora tratar-se de um país rico em recursos minerais e petrolíferos.

A delegação moçambicana teve vários encontros de trabalho, com destaque para a *Monash University*, onde foi recebida por uma equipa encabeçada pelo Dr. Diane Kraal, *Senior Lecturer, Department of Business Law and Taxation*, num encontro que teve como pano de fundo, a tributação de recursos minerais e petrolíferos, onde se constatou que os *royalties* diferem de Estado para Estado e a base de incidência é o valor do recurso mineral na mina e a tributação ocorre sobre

uma percentagem das vendas. Na Austrália o *royalty* é dedutível para efeitos da determinação do lucro tributável. No petróleo e gás a Austrália não tem a taxa de *royalty* e partilha de produção. A partilha de produção foi substituída pelo regime progressivo de tributação com a designação de *Resource Rent Tax (RRT)*.

Quanto a valoração dos recursos a Austrália baseia-se no preço de mercado, entretanto, observa-se a valoração feita pelas empresas e depois faz-se



uma comparação com o preço de mercado. Importa ainda referir que as empresas de mineração australianas assinaram contratos com as empresas indianas para o fornecimento do preço dos recursos minerais.

Em relação a taxa de rendimentos há a destacar o seguinte: (i) na Austrália a taxa do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas é de 30% e este imposto é colectado pelo Governo Federal; (ii) a legislação mineira e petrolífera australiana não prevê cláusula de estabilidade para o regime fiscal; (iii) a legislação Australiana prevê a depreciação ou dedução de todo tipo de custos relativos a infra-estruturas; e (iv) na Austrália no sector de mineração o *ring-fencing* é por cada área ou é por cada projecto, no entanto, no LNG o *ring-fencing* não é aplicável.

A título de curiosidade, A lei Australiana não obriga que o Estado tenha participação nas empresas que operam nos sectores de mineração e petróleo. Em contrapartida, são aplicadas taxas específicas. Como por exemplo, a *Minerals Resource Rent Tax (MRRT)*, a todos os projectos de minério de ferro e carvão, existentes e futuros. A taxa aplicável é de 22,5%.

De referir que este imposto tem gerado um mal-estar entre as empresas do sector e Governo federal, de tal modo que segun-

do o apurado, este imposto terá causado a queda de Governos. Segundo as mesmas fontes, o recente Governo que tomou posse há sensivelmente três meses já equaciona a sua eliminação a partir de 2014 próximo. Outro exemplo é o do *Petroleum Resource Rent Tax (PRRT)*, o qual é aplicável a todos projectos de petróleo e gás, Onshore e Offshore, incluindo plataforma Noroeste, Xisto betuminoso e projectos de metano e hulha. A taxa aplicável é de 40% e aplica-se aos lucros gerados com a venda de produtos petrolíferos. As despesas de exploração podem ser transferidas entre projectos e empresas do grupo.

Ambiente de Negócios e Indústria

No *Department of State Deve-*

lopment Business and Innovation, a delegação moçambicana manteve um encontro com o Assessor Sénior para a área de políticas, o Sr. Danny Suster, o qual abordou sobre o quadro legal do processo de licenciamento na área de recursos minerais. Segundo a lei de minas australiana, a terra é propriedade privada, mas os recursos minerais no subsolo são propriedade do Estado.

Nesse contexto, apurou-se que para a exploração de pequena escala é necessário a obtenção das licenças de prospecção, cuja área máxima cedida é inferior a 5 hectares, e de mineração, a qual inclui a exploração e a produção comercial.

Para áreas extensas são necessárias as seguintes licenças: (i) Licença de exploração – permite apenas a prospecção e pesquisa de recursos; (ii) licença de retenção – para o estudo de pré-viabilidade; (iii) licença de mineração – permite a produção e comercialização dos minerais; e (iv) licença de concessão – autoriza o início da produção mediante o cumprimento dos seguintes requisitos: (i) plano de trabalho aprovado; (ii) plano de envolvimento da comunidade; (iii) titularidade da posse da terra, (iv) acordo de compensação; (v) autorização do plano; (vi) plano de reabilitação e de título; (vii) seguro de responsabilidade civil; (viii) vegetação nativa; (ix) protecção do meio ambiente; (x) utilização da água; (xi) gestão do património cultural; (xii) informação para o início da actividade; e (xiii) pagamento de *royalties*. Esta última é cedida pelo Ministro que superintende a área de desenvolvimento, indústria e inovação.

No contexto australiano, as concessões são feitas via das licenças conforme a lei e não por via de celebração de contratos como acontece com a realidade moçambicana.

Já no *Department of Industry* o Senhor David de Jongh – *Resources Division*, acrescentou ainda que, no sector de petróleo

Moçambique e Austrália realizam intercâmbio sobre recursos minerais e petrolíferos (Concl.)

os títulos de produção em *off-shore* são os seguintes: (i) licença de exploração; (ii) concessão; (iii) licença de produção; (iv) licença de gasoduto (*pipeline*); e (v) licença de infra-estrutura.

Posição do Fisco Australiano

A delegação moçambicana foi igualmente recebida no *Department of Treasury and Finance* pelos senhores John Wong e Kate O'Sullivan, analista e directora adjunta do Departamento, respectivamente.

Este órgão é responsável pela: (i) revisão e aprovação das PPPs; (ii) directrizes e sintetização dos projectos; e (iii) treino e capacitação. Dentro do *Department of Treasury and Finance*, existe uma unidade de PPPs, cujas atribuições são a implementação dos projectos e gestão dos contratos.

Verificou-se que os projectos de parcerias público privadas são preferencialmente adoptados na área de infra-estruturas (construção de raiz e melhoria de capacidade), como são os casos de hospitais, auto-estradas (com e sem portagem), centros de pesquisa científica, estações ferroviárias, centros de conferência e prisões. As modalidades de PPP como a cessão de exploração e gestão de empreendimentos existentes são considerados como privatizações e como tal só tem lugar excepcionalmente. Essencialmente, os projectos de PPP na Austrália são desenvolvidos sob duas modalidades de remuneração:

- Utente pagador – para projectos de infra-estrutura económica, tais como estradas com portagem, e
- Pagamentos pelo Orçamento do Estado – para projectos em infra-estruturas sociais, tais como hospitais, escolas, prisões, etc.

O financiamento dos projectos é assegurado pelo sector privado cabendo ao Estado o papel de fiscalizador. Outros aspectos particulares das PPP da Austrália

lia são:

- As PPP são maioritariamente de iniciativa pública (Estado) e nos casos em que é de iniciativa de um parceiro privado, este concorre em pé de igualdade com os demais concorrentes, ou seja, não goza de nenhuma margem de preferência;
- Não há lugar ao pagamento de taxas de concessão;
- Não há participação de pessoas singulares nos empreendimentos de PPP; e
- Os contratos de PPP têm um prazo máximo de 35 anos.

Política Monetária e Cambial Australiana

Relativamente a matéria de natureza monetária e cambial, a delegação moçambicana teve a oportunidade de esclarecê-los junto do *Reserve Bank of Australia (RBA) em Sydney*, particularmente os já aflorados na *Monash University*.

Assinale-se que a Austrália liberalizou as operações cambiais em 1986, não carecendo desde então a autorização do Banco Central a realização de qualquer operação financeira com o resto de mundo. Deste modo, Austrália permite abertura de contas em qualquer moeda quer dentro do país quer no estrangeiro.

Com abundância dos recursos minerais, as receitas de exportação são na sua maioria oriundas destes recursos que contribuem para a fortificação do dólar australiano bem como as suas reservas.

Facto importante a reter é que, sobre as receitas de exportação não incide a obrigatoriedade de remessa e nem conversão, os exportadores estão livres de colocar em qualquer parte do mundo. Argumenta-se que esta postura decorre do facto das firmas que exploram estes recursos serem grandes empresas multinacionais com práticas de gestão financeira consolidadas em algum lugar no mundo.

Assim, a contribuição destas receitas para a política cambial, é por via indirecta, isto é, a entrada de divisas para suportar despesas na economia doméstica bem assim a entrada de fundos sob a forma de investimento directo estrangeiro, que são convertidos em dólares australianos para poderem serem usados como meios de pagamento. Segundo um especialista contactado na *Monash University*, a entrada de divisas em volume elevado é absorvido pela economia, não exigindo a intervenção do RBA, talvez as saídas em montantes não esperados podem produzir impacto na situação cambial.

A política fiscal através da tributação contribui para a captação de divisas para economia, naturalmente junto dos bancos comerciais, uma vez que os impostos são pagos em dólares australianos os agentes económicos geradores de divisas são obrigados a adquirir a moeda local para fins de liquidação de impostos. O RBA não intervém no processo de colecta, os impostos são liquidados através dos bancos comerciais, não há venda de divisas ao banco central pelas companhias mineiras. O *Reserve Bank* enfatizou à delegação moçambicana que o instrumento utilizado para a condução da política monetária é a taxa de juro, influenciando a inflação e a taxa de câmbio.

A despesa deve sempre ter correspondência com o nível de produção. O RBA utiliza o sistema de *inflation target* e conduz periodicamente visitas as grandes empresas maioritariamente mineiras, para captar sensibilidades sobre o comportamento das variáveis económicas e expectativas. Portanto, a monitoria aos grandes projectos não visa necessariamente fins cambiais mas controlar as maiores variáveis (taxa de juro, inflação e expectativas).

Na óptica do RBA, a questão de contas no exterior, para a dimensão da economia já não é preocupação sob ponto de vista de reservas e o impulsionamen-

to do sistema financeiro nacional, mas é algo que influencia sua capacidade de tributação e estatísticas para a compilação da posição internacional de investimento.

Apesar de volume elevado de receitas mineiras, Austrália não possui um fundo de estabilização como é o caso de fundo soberano, fica assim evidente que as receitas fiscais são empregues para o desenvolvimento económico do país, ampliando as suas capacidades produtivas equilibrando com a despesa.

Em suma, o repatriamento decorre das necessidades financeiras do empreendimento na economia doméstica. O Estado preocupa-se com a tributação das empresas e criação de capacidades para reduzir o nível de assimetrias de informação. Na óptica de um economista que lecciona *Monash University*, a ausência de controlos cambiais abriu espaço para prática de actos financeiros ilícitos, o que prejudica as economias no globo, alertou.

Lições Aprendidas

Relativamente ao intercâmbio Moçambique – Austrália no que tange aos recursos minerais e petrolíferos, a delegação moçambicana revelou ter sido possível discutir com profundidade os aspectos que tem a ver com os mecanismos de captação de receitas provenientes dos recursos naturais, o seu licenciamento e uso racional destes recursos como é sabido não são renováveis. Foi possível também, fazer-se uma análise comparativa com o sistema fiscal Moçambicano, tendo sido constatado que um dos grandes desafios consiste em reduzir ao máximo os benefícios fiscais, sendo que, neste particular, os modelos adoptados na Austrália nas matérias acima descritas poderão servir de referência para Moçambique, concluiu.

MV

Banco de Moçambique: Economias Desenvolvidas em franca recuperação

Texto da Redacção do *Mais-Valia*

Reunido a 11 de Dezembro, na sua última sessão ordinária de 2013, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) apreciou o Documento de Política Monetária, que reporta a informação económica e financeira referente aos meses de Outubro e Novembro, bem assim os desenvolvimentos mais recentes do presente mês, para alguns indicadores. O referido documento analisa: (i) os desenvolvimentos da conjuntura económica e financeira internacional e regional; (ii) a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros de Moçambique, com destaque para a inflação, agregados monetários e creditícios; (iii) as projecções de inflação de curto e médio prazos; e (iv) as medidas de política monetária mais adequadas para garantir o cumprimento do programa macrofinanceiros de 2013, segundo indica uma Nota recebida pelo Mais-Valia.

Conjuntura económica e financeira internacional e regional

Os indicadores económicos do terceiro trimestre de 2013 continuam a sinalizar uma gradual recuperação das economias dos Estados Unidos da América, Japão, Reino Unido e Zona Euro. Com efeito, o Produto Interno Bruto (PIB) real cresceu, em termos anuais, 1,8% nos Estados Unidos da América (EUA) e 2,4% no Japão, tendo na Zona Euro a contracção da economia desacelerado para -0,4%. Por seu turno, a informação do desemprego mostra uma redução na Zona Euro para 12,1%, manutenção no Japão em 4,0% e aumento nos EUA para 7,3%. No mês de Outubro, observou-se uma desaceleração da inflação anual nos EUA, na Zona Euro e no Reino Unido para 1,1%, 0,7% e 2,2%, respectivamente, tendo esta incrementado no Japão para 1,1%. A primeira estimativa de inflação

anual que reporta o mês de Novembro mostra uma ligeira aceleração em 20 pb na Zona Euro. No mês de Novembro, à excepção do Banco Central Europeu, que reduziu a sua taxa de juro de política, em 25 pb, para 0,25%, os demais bancos centrais deste grupo de economias decidiram manter as suas taxas de juro. No período em análise, o Dólar dos EUA, manteve-se a tendência para fortalecimento face ao Yen, mas acumulou perdas nominais em relação ao Euro e à Libra. Nas economias de mercado emergentes do Brasil, China, Coreia do Sul, Índia e Rússia, dados referentes a Outubro indicam que a inflação desacelerou no Brasil e na Coreia do



A indústria da Zona Euro deu em Dezembro de 2013, sinais de retoma, com destaque para Alemanha e Itália (Cortesia: <http://www.hipersuper.pt>)

Sul para 5,8% e 0,7%, respectivamente, tendo incrementado na China para 3,2% e Rússia para 6,2%. No mês de Novembro, o Dólar dos EUA manteve-se forte em relação ao Real do Brasil, à Rupia da Índia e ao Rublo da Rússia, mas perdeu face ao Yuan da China e ao Won da Coreia do Sul. Os bancos centrais deste grupo de economias decidiram, no geral, pela manutenção das suas taxas de juro de política, à excepção do Banco Central do Brasil, que decidiu, mais uma vez, aumentar a sua taxa em 50 pb, para 10,0%.

Ao nível das economias da SADC, nomeadamente África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, destaca-se a desaceleração do crescimento económico na África do Sul, em 50 pb, para 1,8%, segundo dados do terceiro trimestre de 2013 (o único disponível para os países da região). No mês de Outubro, a inflação desacelerou na maior parte dos países da região, nomeadamente, para 5,5% na África do Sul, 8,4% em Angola, 4,8% no Botswana, 3,4% nas Maurícias, 3,34% em Moçambique e 6,9% na Zâmbia, tendo incrementado no Malawi para 22,2% e para 6,3% na Tanzânia. Em

Novembro, o Dólar dos EUA manteve a tendência para fortalecimento face à generalidade das moedas dos países da região, à excepção, mais uma vez, da Rupia das Maurícias. No período, a maioria dos bancos centrais dos países da região decidiram pela manutenção das suas taxas de juro de política, à excepção do de Angola, que reduziu em 50 pb a sua taxa de juro, para 9,25%.

Desenvolvimentos na Economia de Moçambique

No mercado internacional,

observou-se uma tendência geral para a redução dos preços médios das principais mercadorias com peso na balança de pagamentos de Moçambique, destacando-se as quedas dos preços do milho (37,3%), ouro (24,6%), arroz (22,5%), trigo (9,1%), alumínio (8,1%), açúcar (7,7%), carvão metalúrgico (6,8%), gás (5,5%) e Brent (2,2%), tendo contrariado esta tendência o algodão, que registou um aumento de 9,0%. No final de Novembro, o preço do barril de petróleo incrementou em 3,8%, para USD 111,77 e a sua cotação no dia 10 de Dezembro de 2013 foi de USD 109,51.

De acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Maputo registou no mês de Novembro uma variação positiva de 0,57%, após 0,23% do mês anterior, o que fez com que a inflação acumulada subisse para 2,3%, a inflação homóloga recuasse para 3,34% e a inflação média anual incrementasse para 4,15%. À semelhança do que se observou nos meses anteriores, a divisão dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas marcou o comportamento do IPC da cidade de Maputo no mês em análise, ao apresentar uma contribuição positiva de 0,33 pp, seguida da divisão de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, com uma contribuição de 0,12 pp. Os produtos alimentares com maior variação positiva de preços no cabaz do IPC em Novembro foram o tomate, o coco, o peixe fresco, o carapau, o arroz, a cenoura e o frango abatido.

O IPC de Moçambique, que agrega os índices dos preços das cidades de Maputo, Beira e Nampula assumiu idêntico comportamento ao da cidade de Maputo, ao registar uma variação mensal positiva de 0,69%, após 0,24% no mês anterior. O comportamento do

Economias Desenvolvidas em franca recuperação (Concl.)

IPC de Moçambique em Novembro de 2013 foi sustentado pelo incremento do nível geral de preços em todas cidades, com destaque para Beira (1,5%) e Maputo (0,57%). Em termos acumulados, a inflação agregada nestas três cidades incrementou para 2,95%, a inflação homóloga reduziu para 4,04% e a taxa de inflação média anual aumentou ligeiramente para 4,14%.

O comportamento mais recente da inflação em Moçambique segue uma trajectória sazonal própria deste período do ano, caracterizado por uma maior procura de bens alimentares, num contexto de menor oferta de produtos frescos de produção doméstica. No geral, a tendência da inflação continua a ser explicada pela estabilidade do Metical no mercado cambial doméstico e pela evolução dos agregados monetários em linha com o programa monetário, num contexto em que prevalecem em vigor as medidas sobre preços administrados, tomadas para mitigar o impacto da crise financeira internacional.

Ainda de acordo com o INE, informação estatística referente a Outubro de 2013 aponta para uma deterioração do indicador de confiança empresarial, expresso pelo Índice de Clima Económico, após uma melhoria observada no mês anterior, em resultado, fundamentalmente, da deterioração das expectativas de procura e de emprego. A queda da confiança dos empresários no mês deveu-se à apreciação negativa dos inquiridos de todos sectores, destacando-se os de produção industrial, da construção, de alojamento, restauração e similares e ainda de outros serviços não financeiros.

No sector monetário, dados provisórios relativos a Novembro do corrente ano mostram que o saldo da base monetária, variável operacional de política monetária, incrementou no mês em 1.659 milhões de Meticais, para 44.877 milhões, situando-se, mais uma vez, abaixo das previsões feitas para o período. O comportamento

deste agregado decorreu do acréscimo das notas e moedas em circulação e das reservas bancárias, em 1.057 milhões e 601 milhões de Meticais, respectivamente. A variação acumulada da base monetária foi de 3.791 milhões de Meticais e a anual de 6.485 milhões, correspondendo esta última a um incremento de 16,9%.

Dados provisórios das contas monetárias mostram que em Outubro o endividamento do sector privado e particulares junto do sistema bancário nacional aumentou no mês em 615 milhões de Meticais, para um saldo de 145.362 milhões. Em termos acumulados, este saldo traduz um aumento do crédito do sistema bancário ao sector privado de 27.531 milhões de Meticais e corresponde a uma variação anual de 35.9845 milhões, equivalente a uma expansão de 32,9%. Por seu turno, o agregado mais amplo de moeda (M3), composto pelas notas e moedas em circulação e depósitos de residentes, excluindo os do Estado, aumentou no mês em 385 milhões de Meticais, para um saldo de 201.247 milhões, o que representa um incremento acumulado de 15.234 milhões de Meticais e uma variação anual de 29.531 milhões, equivalente a 17,2%.

No sector externo, informação provisória referente a final de Novembro de 2013 indica um saldo de reservas internacionais líquidas de 2.931 milhões, menos USD 23 milhões em relação ao fecho do mês anterior. Em termos de reservas brutas, o saldo das reservas internacionais correspondeu a cerca de 5 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais. O desgaste das reservas internacionais decorreu das vendas líquidas de divisas efectuadas pelo Banco de Moçambique no Mercado Cambial Interbancário, no montante de USD 46,6 milhões, de perdas cambiais potenciais, no valor de USD 18,5 milhões e de perdas líquidas de USD 8,2 milhões nos rendimentos das aplicações no

exterior, montantes que foram amortecidos pela entrada líquida de divisas para diversos projectos do Estado, no valor de USD 35,5 milhões e pelos depósitos líquidos dos bancos comerciais junto do Banco de Moçambique, no valor de USD 15,1 milhões.

No último dia de Novembro, o Metical esteve cotado a 29,93 Meticais por Dólar dos EUA no Mercado Cambial Interbancário, representando uma depreciação mensal de 0,2%, acumulada de 1,42% e anual de 0,47%. Relativamente ao Rand, o câmbio cruzado foi de 2,95 Meticais, equivalente a uma apreciação nominal mensal, acumulada e homóloga do Metical de 1,34%, 14,99% e 11,94%, respectivamente.

Por seu turno, dados do Mercado Monetário Interbancário indicam que as taxas de juros médias ponderadas dos Bilhetes do Tesouro para as maturidades de 91 dias, 182 dias e 364 dias aumentaram ligeiramente em Novembro para 5,21%, 6,53% e 7,17%, o equivalente a 6 pb, 5 pb e 3 pb acima das cifras observadas no mês anterior, respectivamente. Em termos anuais, as taxas de juro observadas em Novembro representaram incrementos de 22,7 pp, 3,15 pp e 3,54 pp para os prazos de 91, 182 e 364 dias, respectivamente. Por seu turno, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito no Mercado Monetário Interbancário reduziu no mês em 2 pb, para 3,6%, cifra que, em termos anuais, corresponde a uma redução de 75 pb.

No mercado a retalho, a taxa de juro média praticada pelos bancos comerciais nas operações de empréstimos à sua clientela, com prazo de um ano, reduziu em 45 pb, para 20,0% em Outubro. Para a mesma maturidade, a taxa de juro média dos depósitos reduziu em 11 pb, para 9,25%. No mesmo período, a prime rate média do sistema bancário reduziu em 31 pb para 15,03%. Dados provisórios mais recentes apontam para uma redução de 39 pb

na prime rate média do sistema bancário em Novembro.

Política Monetária

O Comité de Política Monetária tomou nota dos sinais, ainda que tímidos, da melhoria dos indicadores económicos nas economias desenvolvidas, os desafios que algumas economias de mercado emergente enfrentam e a estabilidade do indicador de inflação na generalidade dos países da região da SADC.

No que tange à economia nacional, o CPMO tomou igualmente nota da actual conjuntura, tendo em conta os seus impactos nos pilares da estabilidade e no mecanismo de formação de expectativas dos agentes económicos. Adicionalmente, destacou a tendência dos principais indicadores macro-financeiros do País que está em linha com os objectivos estabelecidos para 2013, com realce para o indicador de inflação, cujas projecções para o final do ano respeitam o objectivo definido, estando as perspectivas de médio prazo associadas a riscos adicionais que importa monitorizar.

Neste contexto, o CPMO considerou necessário prosseguir uma política monetária prudente, tendo deliberado:

- Intervir nos mercados interbancários para garantir que a base monetária não ultrapasse os 47.493 milhões de Meticais, em Dezembro de 2013;
- Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 8,25%;
- Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 1,50%; e
- Manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias, fixado em 8,0%. **MV**

*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*

Análise: Dedução de Prejuízos Fiscais no Lucro Tributável

Por Zito Campira



Neste artigo pretendo de forma breve apresentar alguma fundamentação da fixação ou não de limites para a dedução dos prejuízos fiscais no lucro tributável para feitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRPC. No caso moçambicano esta matéria está plasmada no artigo 41 da Lei 34/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Código do IRPC.

Relativamente a matéria em análise alguns consultores que realizaram *workshops* em Maputo defenderam o argumento da não limitação, ou seja, **que o período para a dedução dos prejuízos fiscais deveria ser indeterminado**, como acontece com alguns países. As empresas quando iniciam as suas actividades, geralmente nos primeiros anos obtêm prejuízos por se encontrarem no período de recuperação do investimento inicial (do ano zero, antes do início da produção). Todavia, tratando-se de empresas do sector de mineração e hidrocarbonetos, quatro ou cinco anos depois elas começam a apresentar resultados positivos (lucros), por tratar-se de um sector bastante rentável que em parte tem sido influenciado pela volatilidade dos preços das *commodities*, quando esta for no sentido positivo. Antes de efectuar uma análise profunda sobre a matéria, vou começar por apresentar experiências de alguns países que fixaram limites ou não para efeitos da dedução dos prejuízos fiscais incorridos pelas empresas, após o início das suas actividades.

Angola – as perdas podem ser deduzidas nos exercícios posteriores por um período de três anos;

Camarões – as perdas podem ser deduzidas nos exercícios posteriores por um período máximo de quatro anos;

Gana – as perdas podem ser deduzidas por um período de cinco anos, a contar do ano em que as mesmas incorreram;

Quênia – os prejuízos fiscais incorridos em um ano podem ser deduzidos nos exercícios seguintes por quatro anos. Entretanto, se não forem utilizados por este período consideram-se perdidos.

Malawi – os prejuízos fiscais podem ser deduzidos por um período indeterminado, desde que se trate do mesmo contribuinte, sujeito a determinadas restrições no caso de mudanças na participação que capitalizar sobre prejuízos fiscais;

Mauritânia – negócios não bem sucedidos podem deduzir os respectivos prejuízos nos lucros futuros. Para as empresas a dedução das perdas não é aceite se estas perdas representarem mais de 50% do capital social. O limite de tempo para a dedução de prejuízos é de cinco anos;

Moçambique – as perdas são deduzidas aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco exercícios posteriores;

Nigéria – as perdas normais de negócio podem ser deduzidas por tempo indeterminado, excepto para as companhias de seguros, que só podem deduzir as perdas nos exercícios posteriores para um máximo de quatro anos;

República da África do Sul – a perda fiscal incorrida por uma empresa em qualquer actividade empresarial pode, geralmente, ser deduzida nos exercícios posteriores na totalidade;

Uganda – as perdas comerciais inclusive perdas de capital, podem ser deduzidas por tempo indeterminado e compensadas por lucros de negócios futuros. Igualmente os Prejuízos decorrentes da conclusão (encerramento) de um contrato de longo prazo podem ser considerados;

estabeleceram períodos indeterminados para a dedução de prejuízos fiscais, outros fixaram limites para a dedução dos prejuízos fiscais, esta última medida de política permite aos Governos dos respectivos países maximizarem os ganhos resultantes da exploração dos recursos naturais, visto que não havendo limites para a dedução de prejuízos fiscais as empresas podem aproveitar-se desta medida de política para sempre pagarem menos ao fisco, declarando custos de importação do equipamento extremamente elevados de forma a reduzir a matéria colectável. A outra questão a referenciar é a falta de capacidade que os países em vias de desenvolvimento enfrentam para aferir se os custos de aquisição dos equipamentos declarados pelas empresas são ou não fiáveis. Não haverá nestes custos o efeito preços de transferência, tendo em vista a redução da matéria colectável?

Um dos grandes desafios que os países em vias de desenvolvimento enfrentam é apostar na formação do capital humano nas diversas áreas do saber, para garantir o acompanhamento das empresas que operam nos sectores de mineração e hidrocarbonetos.

A não fixação de limites para a dedução de prejuízos fiscais para efeitos da determinação do lucro tributável, faz sentido para os países que apresentam estágios elevados de desenvolvimento, pois, estes têm técnicos capazes de auditar tais empresas.

Neste contexto, a política adoptada por Moçambique, do estabelecimento de um limite máximo de cinco anos para a dedução de prejuízos fiscais continua sendo a mais viável pelas razões já referenciadas.

Bibliografia

(1) Deloitte. Guide to Fiscal Information. Disponível em: <http://www.deloitte.com/>

[assets/Dcom-Global/Local%20Assets/Documents/Tax/Taxation%20and%20investment%20Guides/2012/dttl_tax_Africa_G_Acesso17/07/13](https://assets.dcom-global/local%20Assets/Documents/Tax/Taxation%20and%20investment%20Guides/2012/dttl_tax_Africa_G_Acesso17/07/13)

(2) Assembleia da Republica: Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Maputo - Moçambique.

Sobre o Autor: Zito Manuel Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, técnica aduaneira e gestão.. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Sub-chefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Participante assíduo em *Workshops* sobre a Indústria Extractiva (mineração e hidrocarbonetos). Consta também no seu vasto curriculum, as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e posteriormente indigitado para o Secretariado Técnico da Task Force sobre Mega Projectos e Tributação das Mais-Valias. **MV**

Oficina Literária: *Crónica de um Homem que sabe por que paga Imposto*

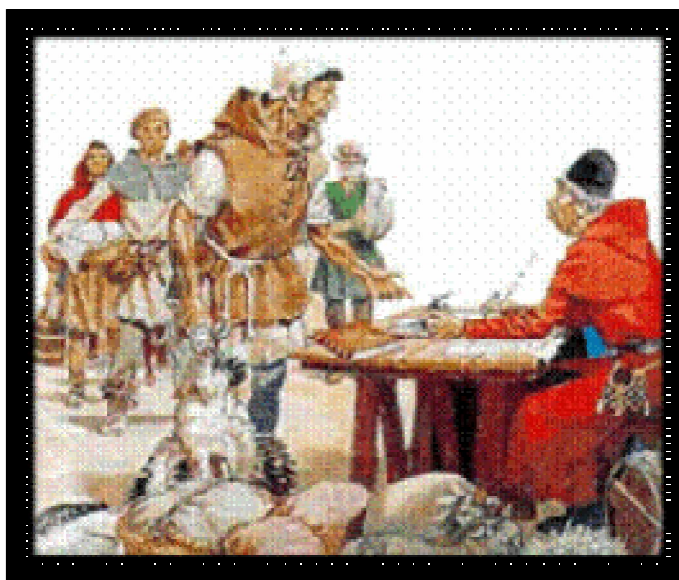
«Há-de ser, porém, que no tempo de colheitas dareis a quinta parte ao Faraó, e quatro partes serão vossas, para sementes do campo, e para o vosso mantimento e dos que estão nas vossas casas, e para o mantimento dos vossos filhinhos» (Génesis, 47:24), disse José ao povo do Egipto, numa das marcas históricas do princípio da tributação, quando o povo do Egipto tinha de pagar o imposto ao Faraó, através da cessão da quinta parte da cultura produzida.

Transportado num «chapa» estava eu, quando por alguns instantes, por motivos que mais adiante das linhas desta crónica saberão, a neurologia invadiu os dois hemisférios da minha massa cinzenta: «A nossa cabeça guarda a engrenagem mais complexa, sofisticada e misteriosa do universo: o cérebro, com trilhões de conexões celulares, na qual trafegam informações que controlam as acções voluntárias e involuntárias do corpo humano», pensei, arrebatado por um «Pinguetongue» de pensamentos comigo mesmo.

Se alguém afirmasse que a minha cabeça para nada mais servia se não para enfeitar o meu esguio pescoço, eu não lhe ofereceria nenhuma objecção, porquanto nem o hemisfério esquerdo do meu cérebro, responsável pelo pensamento lógico, nem o direito, responsável pela criatividade, davam-me vislumbre de luz alguma, a mais pequeníssima que fosse, para que eu encetasse uma conversa com a beldade que, sentada do meu lado esquerdo, no último banco do «chapa», estava contando as horas para chegar à casa, agora que eu disfarçava o acesso de medo que me aí na alma, olhando para os ponteiros do meu relógio de pulso. 22:30.

Para tanta beleza concentrar-se numa única pessoa, só podia ser chamada para estas linhas duas possíveis explicações: ou Van Gogh, que tinha o extremo

direito do cérebro muito bem desenvolvido, num dos 1600 que pintou, deve tê-la pintado por longos anos de extremidade criativa já mais vista na Terra; ou o Todo-poderoso deve ter usado aqui uma fórmula singular de criação humana. Nunca meus olhos tiveram antes a oportunidade de ver mulher tão abençoada pelo absoluto belo.



Não é que o meu cérebro não me desse informações infalíveis em resposta à empreitada de falar fosse o que fosse no sentido de encetar uma conversa com a beldade que estava sentada ao meu lado, pois o que ocorria era que nem as minhas cordas vocais nem a minha boca obedeciam ao cumprimento de tal tarefa, fazendo, por conseguinte, todo o sentido do mundo que eu coloque ao leitor que agora

me lê a seguinte interrogação: se é verdade que constitui conhecimento inquestionável que o silêncio pode ser mais eloquente que mil palavras, por que razão a comunicação idílica que eu tentava estabelecer, através de gestos e comportamentos muito específicos, como resposta, não passavam de indi-

ferença roçando os domínios da aversão?

Ao cabo de cerca de trinta minutos confirmando a veracidade da frase que diz que «pessoas caladas têm muito barulho na cabeça», palavras ditas pelo arquitecto de ilusões Pedro Pereira Lopes, mudei incontáveis vezes da posição em que me encontrava sentado,

Por Celso Cossa



muitos de nós não cumprimos com este importantíssimo exercício de cidadania: «pagar o imposto»!», dando mostras de quem tivesse o coração corroído por tudo que o meu pare de olhos era possibilitado a ver, comento, enquanto vejo bem debaixo do um nariz uma senhora de idade a ser exprimida contra o tecto e a parede do semi-colectivo, amarfanhando o semblante com vários esgares de dor, tentando sufocar um grito que tinha de morrer antes de nascer, circunstância que tinha também algum paralelismo com o deficiente exercício de cidadania mencionado nas linhas anteriores.

O lindo pare de olhos da beldade por quem eu mostrava uma cara patética, mais exactamente, a cara do fedelho que eu fora muitos anos atrás, entrou fundo nos meus e depois voltou para o ponto fixo onde estava anteriormente.

Fiquei tão maravilhado com aquela visão que, se não fosse a voz rouca e trémula de um passageiro, que provava que existem pessoas com hemisférios cerebrais que sofreram lobotomias, eu não sei do que seria capaz de fazer agora que a minha boca e os meus membros superiores estavam à porta de responderem a qualquer comando do cérebro. «Pagar imposto», disse um homem rechonchudo, cabelos grisalhos, olhos grandes e quase mortos, sentado à janela, no banco em uma unidade posterior ao meu, atendo-se a uma convicção tão inabalável ao ponto de ser capaz de defendê-la até com a ponta gélida de um revólver apontado à cabeça, «é o mesmo que tirar do meu bolso magro o pouco que tenho e metê-lo num bolso obeso de quem já tenha que lhe baste.»

Pus-me logo a pensar, recorrendo-me aos conhecimentos que

*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*

interior e no exterior do transporte semi-colectivo de passageiros, até que os solavancos do «chapa», entrando e saindo dos buracos que infestavam este pequeno troço da avenida que usávamos para chegar aos nossos encontrados e desencontrados destinos, como uma luz no fundo do túnel, iluminou-me o hemisférios direito do cérebro com uma ideia que tinha tudo para dar certo: «Veja pelo que temos de passar andando nas ruas de Maputo, em razão de

Crónica de um Homem que sabe por que paga Imposto (Concl.)

www.at.gov.mz

adquiri nos meus tempos de estudante universitário: Sendo o imposto a quantia em dinheiro, legalmente exigida pelo poder público, que deverá ser paga pela pessoa singular ou colectiva, a fim de atender às despesas públicas feitas em virtude do interesse comum, sem levar em conta vantagens de ordem pessoal ou particular, por que este homem vem a dizer tal coisa?

Se pensa que pagar imposto «é o mesmo que tirar do nosso bolso magro o pouco que temos e metemo-lo num bolso obeso de quem já tenha que lhe baste», conforme ele diz, então ele nem deve saber que o sistema tributário moçambicano integra dois tipos de impostos: impostos directos e impostos indirectos, sendo a primeira, tributação feita sobre os rendimentos e as riquezas, e a segunda, incidindo sobre os níveis de despesas dos cidadãos.

Siglas como IRPC, IRPS, IVA, ICE devem não significar nada a quem recai a autoria da frase acima, quando se chamam aqui estes nomes: Imposto Sobre o Rendimento da Pessoa Colectiva, Imposto Sobre o Rendimento da Pessoa Singular, estes que são impostos directos; Imposto Sobre o Valor Acrescentado, Imposto Sobre Consumo Específico, estes que são impostos indirectos.

Pelo que vejo o homem rechonchudo não sabe que desde o primeiro sistema tributário conhecido, o sistema tributária do Antigo Egipto (por volta do ano 3000 a.C. a 2800 a.C.) até aos nossos dias que vem sendo sublinhado que o imposto serve para satisfazer as necessidades públicas, como saúde, educação, segurança, cultura, trans-

*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*



porte, pagamento de salários, etc.

Entretanto, um acentuado solavanco do «chapa», este possibilitado pela falta de controlo do motorista do mesmo, ao efectuar uma aceleração brusca sem que sem precavesse dos buracos existentes no asfalto velho da estrada, solavanco que foi responsável pelo beijo que dei com o cimo da cabeça ao tecto do semi-colectivo, me fez abortar a breve incursão que eu fazia, a luz de alguns estudiosos da matéria, nos meandros científicos relativos ao imposto. Sendo o homem rechonchudo de uma convicção tão inabalável ao ponto de que a ela se agarra até em circunstâncias em que estivesse ameaçado de morte, nada do que eu pensei sobre o imposto podia fazê-lo entender quão importante é o pagamento do imposto em face às despesas públicas decorrentes do funcionamento de qualquer estado.

Por essa razão, quando o hemisfério esquerdo do meu cérebro ordenou que eu retornasse ao meu primeiro foco, a beldade sentada ao meu lado, com a mesma dificuldade que encontramos ao tentarmos abrir uma torneira que esqueceu o gosto insípido da água que um dia já lhe serpenteou o cano, virei ligeiramente o pescoço que mal suportava a minha cabeça, com o mesmo tédio que se apossa de um cérebro que tenha os hemisférios corrompidos com a hipótese de o dono deste enigmático órgão do corpo estar a dividir a sua existência com um fantasma, levei os olhos ao limite do canto esquerdo da sua órbita, com mesma surpresa que insufla a alma de uma criança que acaba de chegar ao mundo, passei os olhos por todo o interior do «chapa» e tive duas surpresas, uma boa e outra má, (começo pela má e depois digo a boa):

A má: A beldade que estava

sentada ao meu lado, já lá não estava. Quando passei os olhos pelo interior do «chapa», constatei que ela já havia descido do semi-colectivo de passageiros. Provavelmente isso terá acontecido quando eu estava em conversa afiada com o meu «eu» académico, sobre o imposto.

A boa: O que foi dito pelo homem rechonchudo, ou seja, «Pagar imposto é o mesmo que tirar do meu bolso magro o pouco que tenho e metê-lo num bolso obeso de quem já tenha que lhe baste.», fez nascer um debate no interior do «chapa» que, avaliando os contornos pelos quais ela se conduzia ao seu término, com certeza, o debate levaria a substituição da frase «A união faz a força.» pela frase «A força do lobo é a alcateia. A força da alcateia é o lobo» e esta última pela seguinte frase, «**TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE.**»

MV

Entre-Nós: Mara Pinto

Entrevista conduzida por **Dionísio Munguambe**

Fomos desta feita à Matola visitar uma colega do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária, departamento da AT que tem como missão a formação e capacitação multidisciplinar de funcionários da instituição e, futuramente, deverá expandir o seu escopo ao público em geral, com a introdução dos estudos superiores em novas instalações ora em construção no distrito da Moamba. Acompanhe.

MV: Para quem tem a oportunidade de conhecê-la hoje, quem foi Mara Pinto antes de se inserir nos circuitos profissionais das Finanças?

MP: A Mara Pinto foi conhecida pelos “mais chegados” como uma pessoa reservada desde os primórdios da sua adolescência, o que de certa forma conduziu o seu estilo de vida a um círculo familiar. Sou de proveniência de uma família pequena composta por 3 irmãos, e já desde

a 12ª classes. Posteriormente, frequentei, durante o período compreendido entre 1997 a 1998 o curso de psicologia em Cape Town na África do Sul. Já em Moçambique, em 1999 ingressei na Universidade A Politécnica, outrora ISPU, para dar continuidade ao curso de psicologia, tendo o mesmo terminado em 2004. Após a formação, passei por diferentes estágios profissionais como forma de consolidar os conheci-

funcionamento e as actividades ali desenvolvidas. Aliado a esse facto, a ansiedade e a necessidade de apreender rápido tornaram-se uma preocupação, uma vez que não dispunha de qualquer tipo de formação técnica ou profissional em matéria de impostos. Felizmente a equipe com a qual trabalhei, maioritariamente constituída por jovens, tornava o ambiente de trabalho mais dinâmico, interactivo e envolvente, tornando mais fácil a minha inserção em matérias fiscais. Volvidos 12 meses, já me sentia suficientemente confortável no domínio das actividades ali desenvolvidas. Com a criação da AT, tornou-se mais fácil engrenar, uma vez que já me encontrava familiarizada com as matérias ligadas à reforma tributária, impostos internos e sua respectiva divulgação.

MV: Constou-nos que ao nível da instituição, esteve integrada em áreas com actividades que directa ou indirectamente lidam com pessoas. Como descreveria o seu percurso nesse aspecto?

MP: É realidade o facto de ter estado desde o início afecta a sectores que lidam com pessoas. Contudo, lidar com pessoas não é tarefa fácil, mas com um pouco de habilidade e paciência, é um exercício facilmente alcançável. Inicialmente, tive a oportunidade de estar afecta a unidade que encabeçava a introdução da Educação Fiscal e Aduaneira, onde, se privilegiava o intercâmbio, por meio de palestras, com os diferentes seguimentos da sociedade. O objectivo era de levar ao público em geral a importância do pagamento de impostos. Trabalhei durante dois anos no Serviço de Informação ao Contribuinte, onde dentre várias tarefas uma delas era de esclarecer aos contribuintes sobre possíveis dúvidas existentes em torno da matéria de imposto. Se me permitem, e desde já compartilhando alguns momentos marcantes, lembrou-me que numa das palestras, em Ango-



Mara Gonçalves Pinto fotografada no seu local de trabalho, no IFPFT

Mais-Valia (MV) Como é que se apresentaria aos nossos leitores?

Chamou-me Mara Gonçalves Pinto (**MP**), nasci em Maputo a 29 de Junho de 1974 e sou casada e mãe de um casal, a mais velha com 13 anos e o mais novo com 2 anos. Ingressei no Ministério das Finanças em 2003, tendo iniciado o meu percurso na Unidade de Reforma Tributária dos Impostos Internos (URTI), com a criação da AT passei a trabalhar no Gabinete de Comunicação e Imagem, na área de Educação Fiscal e Aduaneira dos Serviços de Informação ao Contribuinte. Em 2010, fui afecta ao Instituto de Finanças Públicas e Formação

cedo mostrávamo-nos unidos de tal forma que a nossa vida resumia-se entre o percurso casa, escola e natação. Durante 12 anos, fui nadadora federada no Clube Ferroviário de Maputo. Assim, grande parte da minha adolescência foi marcada por eventos ligados ao desporto naquele clube. No entanto, a necessidade de me dedicar mais ainda à formação escolar reduzia de certa forma a dedicação exigida na modalidade, razão pela qual a partir do princípio dos anos 90 passei a participar somente de forma recreativa. Os anos 90 foram exclusivamente preenchidos pela minha vida como estudante, desde a escola Secundária Josina Machel na qual frequentei da 8ª

mentos obtidos na faculdade bem como pela necessidade de inserção no mercado de trabalho.

MV: Aquando do seu ingresso na instituição, que expectativas tinha?

MP: Logicamente que a vida do indivíduo, quando jovem, é movida por aspirações. O emprego e o crescimento profissional constituíam as duas maiores preocupações que moviam a minha existência antes do ingresso na AT. Aquando da minha entrada na instituição, na altura, junto a URTI, confesso que desconhecia das normas e procedimentos inerentes aquela unidade. Foi difícil, uma vez que em pouco tempo tinha que conhecer o

Entre-Nós: Mara Pinto (Concl.)



Junto ao Piso do Diabo, está a Universidade de Cape Town, uma das mais prestigiadas em África (Cortesia: <http://www.diarioliberalidade.org>)

che, na província de Nampula, tivemos que sair a correr pois as pessoas não queriam ouvir falar de imposto, onde a equipe de trabalho foi alvo de insultos e iminência de agressão.

MV: A área de conhecimento em que é formada tem sido um factor facilitador nos desafios profissionais do dia-a-dia?

MP: Acredito na importância da contribuição das diferentes áreas de formação existentes na AT. No meu caso específico, sendo formada numa área das ciências humanas, diferente das áreas de formação mais comuns ao exercício prático da instituição, naturalmente que exige de mim um esforço acrescido, com vista a que se compense o *deficit* que possa existir mediante um processo de busca constante de profissionalização no trabalho. Minha experiência de trabalho resume-se ao facto de os funcionários de outras áreas de especialidade, encarem os desafios a si colocados como uma oportunidade de auto profissionalização. Nem todos os funcionários na minha condição têm a possibilidade de serem colocados na sua área de formação, situação que se verifica em quase todas as instituições do Estado.

MV: Vivemos em tempos em que por vezes “o tempo se mostra quase insuficiente” quer para as nossas obrigações quer para as aspirações

personais. Qual a sua experiência pessoal em relação a este dilema?

MP: Uma coisa é real hoje em dia: tudo “corre”, ficando desse modo difícil de separar o tempo para as obrigações do tempo para a vida social, uma vez que, quer ao nível profissional quer ao nível social, somos confrontados com obrigações. O certo é que temos que ver e aproveitar as oportunidades que o tempo oferece. No meu caso específico, é importante que tracemos prioridades, para que tenhamos uma vida social e profissional razoavelmente organizada.

MV: Alguns segredos ou métodos de trabalho que faça uso no sentido de tornar mais fácil ainda, a superação dos desafios profissionais

MP: A dinâmica na AT exige uma interacção permanente entre os objectivos da instituição, as actividades desenvolvidas e o relacionamento entre os colegas. Sob ponto de vista pessoal, acredito que a motivação, o comprometimento, o espírito de trabalho em equipa, bem como o respeito mútuo, são alguns métodos de trabalho adoptados por mim de forma a alcançar os objectivos predeterminados e superar os desafios no meu dia-a-dia. Por outro lado, para superar os desafios, entendo que seja necessário que o funcionário tenha o conhecimento dos objectivos macro da

instituição no seu todo, de forma que cada funcionário no seu posto de trabalho se aperceba e se consciencialize da importância do seu papel ao nível na instituição. Nesta perspectiva é muito importante que a informação veiculada dentro da instituição seja do alcance de todos os funcionários, para que se possibilite o engajamento nas actividades desenvolvidas nos diferentes sectores. Também, como ferramenta, busco a actualização permanente da legislação, procedimentos e acções em curso na instituição, uma vez que o dia-a-dia de trabalho não é um processo estático mas sim um exercício permanente de busca de soluções.

MV: Nascida em Junho, naturalmente com a influência de todos os atributos de Câncer (caranguejo), signos do Zodíaco, em geral, de acordo com os curiosos nesta matéria, pode-se assumir ser essencialmente “uma pessoa com fortes relações de família”?

MP: Não me considero uma especialista na interpretação dos signos, porém, do pouco que sei, os cancerianos são profundamente intuitivos e sentimentais, o câncer pode ser um dos

que os rodeiam. Eu sou mesmo assim, quando se trata de família nada mais é importante. A família desempenha um papel importantíssimo na minha vida, pois antes das relações profissionais ela constitui o ambiente primário a que pertenço, assim sendo, o estado de saúde da minha família condiciona o resto das interacções dos restantes domínios da vida.

MV: Para além da vida profissional e entendendo o princípio do uso de tempo “relaxar 1% para que os 99% beneficiem” assumimos ser uma pessoa com algum hobby!

MP: Como qualquer outro ser humano, o descanso deve ser uma prioridade a considerar. Não existe performance eficaz se o indivíduo não sabe lidar com o *stress* do trabalho. Felizmente, com o hábito da prática de exercícios que trago desde o período em que era atleta, a natação tem sido um dos meus “escapes”. Embora tenha decorrido um tempo considerável desde as minhas participações em provas, tem sido difícil parar de nadar, é algo que esta incorporado em mim de tal forma que quando me escasseia a oportunidade recorro às caminhadas matutinas. Se é que se



Nesta velha piscina do Ferroviário de Maputo despontou o saudoso Raimundo Franisse, alcunhado “O Tubarão” (Cortesia: Mister Madala)

signos do Zodíaco mais desafiantes para conhecer, quando se trata de família e do lar, nada é mais importante. Simpáticos e compreensivos, cancerianos são muito sintonizados com aqueles

pode considerar, o maior dos meus *hobbies* é sem dúvida passar o tempo inserida em hábitos rotineiros de família, o que inclui viagens familiares e conhecer novos lugares. **MV**

Divulgação: Perguntas & Respostas sobre o *e-Tributação*



O que é a Autoridade Tributária de Moçambique (AT)?

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) é uma instituição de Estado, criada em 2006, pela Lei nº 1/2006, de 22 de Março. A AT entrou oficialmente em funcionamento no dia 20 de Novembro do mesmo ano.

De acordo com o nº 1 do artigo 4 da mesma Lei, a AT é uma instituição do Aparelho de Estado, com autonomia administrativa, tutelada pelo Ministro que superintende a área das Finanças, resultante da fusão entre a DGI e DGA.

Qual é a Missão da AT?

A missão da AT resume-se, essencialmente, em colectar receitas (impostos) para financiar as actividades públicas (como, por exemplo, escolas, hospitais, estradas, mercados, etc), promovendo a eficácia, eficiência e equidade na aplicação da política tributária, incluindo a aduaneira, garantindo uma maior comodidade aos Contribuintes no cumprimento das suas obrigações, bem como protegendo a economia e sociedade moçambicana.

Como está estruturada a AT?

A AT é constituída por cinco (5) órgãos principais, a saber:

Direcção Geral das Alfândegas (DGA)
Direcção Geral de Impostos (DGI);
Direcção Geral dos Serviços Comuns (DGSC);
Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação Internacional (GEPCI); e
Gabinete de Controlo Interno (GCI).

Quais são os projectos em curso na AT?

Em 2007, a AT aprovou um documento interno denominado Plano Director de Tecnologias de Informação (PDTI), como resultado de um diagnóstico realizado aos sistemas informáticos da DGI e DGA, tendo constatado a necessidade de efectuar melhorias dos mesmos. Na sequência, nasceram 2 projectos nomeadamente o da Janela Única Electrónica para a gestão de tributos externos e e-Tributação para gestão de tributos internos. Para a operacionalização do e-Tributação foram criados mais dois projectos Maquinas Fiscais e Modernização de Serviços do Contribuinte visando este último, numa primeira fase a implementação e operacionalização de uma Central de Atendimento ao Contribuinte, e numa segunda fase, a implementação e operacionalização do portal do Contribuinte para permitir o envio electrónico de declarações para o cumprimento das obrigações fiscais e recepção, por mesma via, de

correspondência emitida pela administração tributária; e O Projecto para a implementação e operacionalização de Máquinas Fiscais, que permitirá melhorar a gestão dos contribuintes em sede do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), facilitando também a emissão de justificativo fíavel nas transacções, sobretudo a retalho.

Nesta brochura, pretende-se destacar especialmente o Projecto e-Tributação.

O que é e-Tributação?

“e-Tributação” é uma expressão criada pela AT para designar todo tipo de tributação fiscal que é feito através de plataformas ou meios electrónicos. Assim, a letra “e” refere-se a meios electrónicos e “tributação” é referente ao cumprimento das obrigações fiscais (por exemplo declaração de rendimentos, pagamento de imposto).

O Projecto e-Tributação é um projecto da AT criado para, em parceria com Centro de Desenvolvimento de Sistemas Financeiros do Estado – CEDSIF, desenvolver um sistema electrónico com o mesmo nome “Sistema e-Tributação”.

O Sistema e-Tributação é um serviço electrónico que a AT esta a desenvolver, com vista a melhorar o processo de gestão de Contribuintes (através de atribuição flexível do Número Único de Identificação Tributária – NUIT) e gestão de Impostos internos (Imposto sobre Valor Acrescentado – IVA, Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes – ISPC, Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Singulares – IRPS, Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Colectivas – IRPC, Reembolsos e tantos outros).

Quais são os objectivos do e-Tributação?

e-Tributação é um Sistema que esta a ser desenvolvido com o objectivo principal de: Facilitar o cumprimento das obrigações fiscais (declaração de rendimentos e pagamento do imposto) por parte dos Contribuintes (Sujeitos Passivos); Melhorar o ambiente de negócios em Moçambique; E, consequentemente, alargar a base tributária.

Que vantagens traz o e-Tributação?

O Sistema e-Tributação irá oferecer várias vantagens para os Contribuintes, em particular, e para o País, em geral, das quais se pode mencionar as seguintes:

Para os Contribuintes:

A possibilidade de enviar Declarações (ex. modelo A do IVA, modelo 30 do ISPC) através da Internet;
A possibilidade de efectuar o pagamento de imposto electronicamente, ou seja, através da Internet usando serviços bancários (ex.: ATM, Internet *Banking*, Serviços Móveis e outros);
Maior economia de tempo no processo de Declaração de Rendimentos e no pagamento de imposto;
Inutilidade de se deslocar até as Direcções de Área Fiscal (DAFs), Postos de Cobranças e recebedorias da AT para cumprir com as obrigações fiscais;
Diminuir custos no processo de cumprimento das obrigações fiscais;
Mais rapidez, facilidade, comodidade e simplicidade no cumprimento das obrigações fiscais;
E outros.

Para o Estado Mocambicano:

Melhor controlo, fiscalização e gestão dos impostos;
Melhor gestão de Contribuintes;
Melhor contabilização e agilidade na disponibilização de receitas a CUT (Conta Única do Tesouro);

Perguntas & Respostas sobre o e-Tributação

Redução de custos administrativos inerentes à gestão da receita do Estado;
Disponibilidade de informação de gestão;
Redução da dependência externa;
E outros.

Em que consiste a actualização dos dados do NUIT no Sistema e-Tributação?

O Sistema e-Tributação está a ser desenhado pensando, principalmente, no Contribuinte (Sujeito Passivo). Portanto, todos os Contribuintes, seja eles Pessoas Singulares, Pessoas Colectivas ou equiparadas devem e são convidadas a aderir a este sistema e usá-lo. Aderir ao Sistema e-Tributação significa, primeiramente, o Contribuinte fazer a actualização dos dados do seu (Pessoa Singular) Número Único de Identificação Tributária (NUIT) ou actualização dos dados de NUIT do seu negócio (Pessoa Colectiva).

Para aderir ao Sistema e-Tributação e desfrutar de todas as vantagens que irá oferecer no futuro, o Contribuinte deve:

Dirigir-se à DAF ou ao Posto de Cobrança da AT mais próximo de si e solicitar, a qualquer funcionário da AT, um formulário de actualização do NUIT; Depois de ter recebido o formulário, o Contribuinte deverá preenchê-lo com atenção, fornecendo informações correctas e verdadeiras. Leve um documento de identificação legalmente previsto para ajudar no preenchimento; Depois de ter preenchido o formulário, o Contribuinte deve

devolvê-lo ao funcionário da AT.

Qual é a importância da actualização dos dados do NUIT no Sistema e-Tributação?

A actualização de dados é importante e obrigatória. Pois, só depois de actualização dos dados do Registo do NUIT e sua actividade é que os Contribuintes poderão usufruir de todas as vantagens que o Sistema e-Tributação vai proporcionar no futuro. Actualização dos dados de NUIT do Contribuinte ou da sua actividade é primeira condição para gozar de todas essas vantagens. É dever de todos aqueles que tenham obtido o seu NUIT antes de Julho de 2013 fazer essa actualização.

Quanto tempo leva a actualizar os dados?

O processo de actualização dos dados de NUIT é rápido, simples e fácil. Dependendo da flexibilidade do próprio Contribuinte, o mesmo não deve durar para além de 10 minutos. Quando é que começa e quando é que termina o processo de Actualização dos dados de NUIT?

O processo de actualização do NUIT já começou em todas as DAFs, Postos de Cobranças e rebedorias da AT em todo País.

Para os Sujeitos Passivos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), o processo começou a 1 de Julho de

2013 e termina a 31 de Dezembro de 2013;

Onde e como adquirir os formulários de actualização?

Os formulários de actualização estão disponíveis em todas as DAFs e Postos de Cobranças do País. E para adquiri-los basta dirigir-se até a DAF ou Posto de Cobrança mais próximo e solicitar à um funcionário da AT.

Doutra forma, a AT vai disponibilizar os formulários através dos seus parceiros estratégicos, Disseminadores e instituições com os quais a AT assinou Memorando de Entendimento, no âmbito da Campanha de Educação Fiscal e Popularização de Impostos. Por sua vez, esses parceiros estratégicos, distribuirão os formulários entre os seus funcionários, clientes, parceiros, associados, afiliados e etc, a todos os níveis, para que esses possam preencher correctamente.

Depois de preenchido, os Contribuintes deverão devolver os formulários para a instituição a que pertencem, para que estes, por sua vez, possam canalizar para Autoridade Tributária de Moçambique (AT).

Quais são as responsabilidades dos parceiros da AT?

No âmbito da implementação do Projecto e-Tributação, especialmente no que se refere ao processo de actualização do NUIT, as entidades parceiras da AT têm a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar o seu público interno para aderir ao Sistema e-Tributação;

Divulgar as vantagens e outras informações relevantes sobre o Sistema e-Tributação no seio do seu público interno;
Sensibilizar e mobilizar todo o seu público interno a actualizar os seus dados de NUIT;
Solicitar os formulários de actualização de dados do NUIT, junto da AT;
Disponibilizar os respectivos formulários para o seu público interno, a todos os níveis;
Garantir que todos os formulários são preenchidos correctamente pelo seu público;
Estabelecer um canal de comunicação com a AT, com vista a garantir que todas as dúvidas e questões relacionadas com este processo, levantadas pelo seu público interno, sejam correctamente respondidas;

Como proceder em caso de dúvidas?

Em caso de dúvidas, deve-se proceder da seguinte maneira:

- Ligar para 1266 (Central de Atendimento da AT)
- Aceder ao *website* da AT (www.at.gov.mz)
- Contactar a DAF ou o Posto de Cobrança mais próximo e expor a dúvida junto a funcionário da AT;
- Se pertencer a uma instituição parceira da AT, deve contactar a Direcção da instituição a que pertence e expor a dúvida, e ela, por sua, contactará a AT para solucionar. **MV**

**UMA ADMINISTRAÇÃO
TRIBUTÁRIA VIRADA PARA SI**

e-Tributação
SIMPLES, RÁPIDO, CÓMODO E SEGURO

Melhoramos pensando em si



Direcção Geral de Impostos • Projecto e-Tributação
• Av. 25 Setembro • Prédio Tranquilidade de Moçambique • N°1203 • 1º Andar
• email: e-tributacao@at.gov.mz • Blog: www.e-tributacao.blogspot.com • Maputo - Moçambique
Central de Atendimento: Tel: 1266 • e-mail: linhaadocontribuinte@at.gov.mz



**TODOS JUNTOS
FAZEMOS MOÇAMBIQUE**

**CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL
E POPULARIZAÇÃO DO IMPOSTO**



Passatempo

Curiosidades

A distância medida entre os braços com as mãos estendidas a partir dos dedos indicadores é equivalente à altura de um ser humano, medida da cabeça aos pés.

O animal com o maior órgão sexual do mundo é a baleia macho, cujo comprimento é equivalente à altura de um ser humano de estatura média.

Um espirito é projectado no interior do canal respiratório à velocidade de 100 km/h. E nenhuma pessoa é capaz de manter as pálpebras abertas quando espirra.

Nas profundezas do mar há uma espécie de peixe que possui dentes tão compridos que nunca consegue fechar a boca.

A temperatura ambiente mais alta de que se tem memória foi a registada em El Azizia, Líbia, a 3 de Setembro de 1922, quando o termómetro atingiu os 136,4 Fahrenheit (58° C).

No momento em que a água começa a ferver numa panela o fundo do recipiente está apenas morno....

A data que aparece nas garrafas de vinho corresponde à altura em que foram colhidas as uvas e não à data do engarrafamento.

Na Natureza, existe em média um milhão de insectos para cada ser humano.



Endereço

Av. 25 de Setembro, Prédio
Tranquilidade, 1º Andar, Cidade de
Maputo

Redacção

Telefones: 21-320396 e 82-8677601
E-mail: liegevectorino@yahoo.com.br

Direcção

E-mail: liegevectorino@yahoo.com.br



Psico-Murphologia da Vida Quotidiana

Coma um sapo vivo logo ao nascer do dia e nada pior lhe poderá acontecer no resto do dia (Homília de Hugo)

Tenha cuidado com os dias em que não tenha algo de se queixar (Lei de Kranske)

Comece todos os dias com um sorriso e conforme-se com ele (W.C. Fields)

Aquele que ri mais tarde, é mais lento a pensar (Lei de Butner)

A probabilidade de ganhar na lotaria é ligeiramente maior se comprar um bilhete (Lei de Yellin)

Nunca diga «Uau!» com comida na boca (Lei de Barbara)

Nunca se ponha entre um cão e uma roda de automóvel (Lei de Cliff)

Os tecidos mais claros atraem nódoas mais escuras (Lei de Jean)

Num molho de chaves existe sempre uma que não abre nada (Teoria da Chave-Mistério de Carlyle)

Três maneiras de se Fazer Alguma Coisa:

1. Faça você mesmo;
2. Contrate alguém para o fazer no seu lugar;
3. Impeça seus filhos de o fazerem.

O buraco no tecto nunca está no mesmo sítio que a poça de água (Lei de Savage)

Humor

A pequena Francisca: - Por que é que quando rezamos não havemos de pedir logo o pão para uma semana ou para um mês? Para que havemos de estar a pedir todos os dias o pão nosso de cada dia? A irmãzinha mais velha: - É para termos sempre pão fresco!

- Amanhã completamos vinte e cinco anos de casados. Devo matar um peru

não achas? - perguntou a esposa.
O marido: - Mas, minha querida...que culpa teve o peru?

- Olhe pai, eu gostaria de ser especialista, mas não sei o que será melhor, se ser especialista dos dentes ou dos ouvidos.

- Acho melhor dos dentes. Cada pessoa tem trinta e dois e ouvidos só tem dois...

A viúva diz ao funerário: - Quero uma lápide para a campa do meu marido com a seguinte inscrição «Descanso em Paz».

- Perdão...a senhora pretende: «Descansa»...não é?
- Oh homem, não. Quem descansa agora sou eu!

Reunião do ponto de vista do capitalista: Um empregado é bom. Dois é comício. Três é greve.

CARTOON



Todos Juntos Fazemos Moçambique!